

PROGRAMA NACIONAL ESCOLAS SUSTENTÁVEIS NO BRASIL: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE EM CONTEXTOS COMPLEXOS¹

Adriana Marcela Bogado, Denise de Freitas²
Universidade Federal de São Carlos

RESUMO: Neste texto apresentam-se resultados de uma investigação de pós-doutorado que teve como objeto de estudo o “Programa Nacional Escolas Sustentáveis” (PNES), lançado em 2013, no Brasil. Este programa outorga recursos financeiros a escolas públicas para a realização de um plano de ação de sustentabilidade abrangendo o currículo, a estrutura física e a gestão. Com a crise de 2015 e o recorte no orçamento de educação, o PNES é parcialmente implantado. Contudo, com ou sem a chegada dos recursos professores(as) e gestores(as) das escolas pesquisadas desenvolvem ações de sustentabilidade projetadas. Assim, o conceito de *estratégia* de Edgar Morin, ajuda-nos a entender como em contextos complexos esses atores transformam programas de ação em estratégias para que a sustentabilidade tenha um lugar no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Programa Nacional Escolas Sustentáveis, sustentabilidade, escolas, estratégias.

OBJETIVOS: Situar o surgimento e implementação do PNES, tendo em vista o marco histórico e legal da educação ambiental no Brasil; caracterizar o PNES como política de educação para a sustentabilidade; identificar e analisar, a partir dos dados coletados, como, num contexto em crise, atores da comunidade educativa conseguem construir rumos para a sustentabilidade em contextos complexos, com recursos limitados, desenvolvendo estratégias de ação nesse sentido.

MARCO TEÓRICO

Na atual crise ambiental que se vive no planeta diversas políticas públicas vêm sendo desenvolvidas na tentativa de reduzir os impactos negativos das formas de desenvolvimento humano no marco do modelo capitalista. É importante salientar que o momento atual, em termos dos entendimentos da problemática ambiental, é fruto de um processo histórico que começa a tomar forma a meados do século XX com a divulgação do “Estudo da Proteção da Natureza no Mundo”, da União Internacional para

1. O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.
2. Com apoio parcial do CNPq

a Conservação da Natureza (UICN), e o surgimento do movimento ecologista na década de 1960. Assim, foram sendo construídos marcos internacionais de visibilidade para a questão ambiental, em eventos internacionais, grandes conferências e fóruns dos quais decorrem documentos que refletem a necessidade urgente de construção de políticas públicas e metas, em diversos níveis de ação, para lidar com essa problemática.

Em relação ao marco histórico e legal construído no Brasil sobre a questão podemos destacar o envolvimento de uma diversidade de atores sociais, que na Educação Ambiental refletem diversas perspectivas, tendo como substrato comum o “reconhecimento da crise ambiental e a necessidade de encontrar soluções” (Copello, 2006, p. 95). Contudo, há momentos de avanço em termos legais e momentos de silêncio e até omissão da questão ambiental. Nesse sentido, se na Constituição Nacional de 1988 legislou-se sobre a proteção e conservação do meio ambiente e das paisagens naturais como parte do patrimônio, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96 não se estabeleceram diretivas sobre a Educação Ambiental (MEC/COEA, 2002). Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Saúde e o Meio Ambiente, a dimensão ambiental foi colocada apenas como tema transversal nos currículos do ensino fundamental. Assim, na Lei 9.795/1999 que promulgou a Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental foi estabelecida como componente da educação nacional, devendo estar presente e articulada em todos os níveis e modalidades escolares, como prática integrada, contínua e permanente, e também como parte do currículo de formação de professores. No entanto, passou pouco mais de uma década, até ocorrer a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental nos sistemas de ensino, tanto na Educação Básica quanto nas instituições de Educação Superior (BRASIL, 2013a). Estas Diretrizes outorgam novo impulso a diversos projetos e programas de educação para a sustentabilidade que vinham sendo desenvolvidos no marco da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (SECADI/MEC). Precisamente, o Programa Nacional Escolas Sustentáveis (PNES), será uma das ações que visa a internalização da educação ambiental nos sistemas de educação.

O PNES foi lançado em 2013, no Dia Mundial do Meio Ambiente, visando “favorecer a melhoria da qualidade de ensino e a promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares” (BRASIL, 2013b), para isso outorgava um repasse financeiro, para apoiar a transição das escolas à sustentabilidade. O repasse variava segundo a quantidade de alunos da instituição, entre R\$ 8.000 e R\$ 14.000 (aproximadamente, € 2.440 e 4.200, respectivamente). O plano de ação para a sustentabilidade devia considerar o currículo, a estrutura física e a gestão, tornando a escola um espaço de referência na promoção da cultura da sustentabilidade. As escolas sustentáveis foram definidas como

(...) aquelas que mantêm relação equilibrada com o meio ambiente e compensam seus impactos com o desenvolvimento de tecnologias apropriadas, de modo a garantir qualidade de vida às presentes e futuras gerações. Esses espaços têm a intencionalidade de educar pelo exemplo e irradiar sua influência para as comunidades nas quais se situam. (BRASIL, 2013b, p. 2)

Passado quase meio século da criação do termo “Educação Ambiental”, e ainda longe de que faça parte do nosso cotidiano, entendemos que, assim como na sociedade mais ampla, as problemáticas ambientais são construídas (Hannigan, 1995) também o são na escola, como parte dessa sociedade. Na instituição escolar, os problemas ambientais e as formas de lidar com eles acontecem no bojo de dinâmicas sociais, em contextos, muitas vezes, adversos. Como afirma Morin (2011), toda ação implica complexidade. Nesse sentido, interessa-nos explorar como professores(as) e gestores(es) da instituição escolar constroem ações de sustentabilidade, estimulados por uma política pública, no cotidiano escolar.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi construindo um percurso metodológico de aproximação à realidade vivenciada nas escolas contempladas pelo PNEs. Para isso delimitou-se como campo da pesquisa uma cidade do Estado de São Paulo, em que doze (12) escolas públicas foram contempladas pelo programa, sendo nove (9) escolas estaduais (EE) e três (3) escolas municipais (EM). Foram realizadas visitas a cada uma dessas escolas, contatados(as) professores(as) e gestores(as) envolvidos(as) na construção e desenvolvimento do plano de ação de sustentabilidade. A partir dessa aproximação, em algumas escolas houve o convite para participar de feira de ciências, ministrar oficinas, envolver-se na realização de algumas das atividades de sustentabilidade planejadas a partir do PNEs, enquanto em outras, em virtude da não chegada do recurso, o contato foi mais limitado e restrito ao fornecimento de informações pontuais e, em alguns casos, apenas verbais sobre a participação da escola no PNEs. Certamente, havia um mal-estar em relação ao mesmo, pelo fato de o repasse ter sido efetuado parcialmente ou não ter sido efetivado. Durante a pesquisa apenas a EM1 e EM2, receberam uma parcela da verba, enquanto oito (8) das nove escolas estaduais receberam a verba dois anos após terem sido contempladas pelo programa.

Também, foram realizadas entrevistas com professoras(es) e gestoras(es) de duas (2) EM e duas (2) EE, em que houve uma maior aproximação entre sujeitos pesquisados e pesquisadora. Foi assumido pela pesquisadora o compromisso de apresentar os resultados finais da pesquisa. Para as entrevistas foi utilizado um roteiro apenas como orientação geral, pois se entende a entrevista como um encontro de subjetividades em que uma relação é construída entre sujeitos pesquisados e pesquisadora.

Paralelamente à coleta de dados empíricos, foi realizado um levantamento da produção acadêmica sobre o mencionado programa.

RESULTADOS

Em 2015, uma crise econômica começou a se evidenciar no Brasil, sendo a Educação uma das áreas mais afetadas pelo ajuste, que chegou a quase 10% do orçamento. Os recortes dos gastos foram direcionados a ações que não tinham tido início, garantindo os programas considerados “vitais”, como a merenda, o transporte e a assistência escolar (Mascitelli & Scerb, 2015). Assim, o PNEs foi um dos afetados. Porém, nas escolas pesquisadas nos pareceu que, de certa forma, questões vinculadas à sustentabilidade eram consideradas “vitais”, pois mesmo sem ter recebido ainda o repasse, conseguiam trabalhar nessa direção.

Considerando as orientações do PNEs, todas as escolas contemplaram no plano de ação: Apoiar a criação e fortalecimento da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida), e Promover a inclusão da temática socioambiental no projeto político pedagógico da escola. Em relação à adequação do espaço físico, visando a destinação apropriada dos resíduos da escola, eficiência energética e uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes, foram propostas diversas ações, como reflete o quadro a seguir.

Quadro 1.
Ações de sustentabilidade nas escolas. Elaboração das autoras.

Escola	Plano de ação	Ações em andamento/Como são desenvolvidas?
EE1	Levantamento de sinais de degradação social e ambiental e propostas de ação, oficinas de formação e palestras, acesso a internet, aquisição de material teórico-metodológico sobre o tema, elaboração da Agenda 21 da escola, estabelecimento de parcerias (universidades e institutos de pesquisa, ONGs e empresas), criação de viveiro de mudas, instalação de cisterna, oficina de recuperação, reparo e reutilização de materiais da escola, gerenciamento de resíduos sólidos (minhocário e coleta seletiva), instalação de coletor de pilhas e baterias, campanhas educativas e veiculação de informações e produções, concurso para elaboração de lema e logomarca do projeto de sustentabilidade na escola, desenvolvimento de educomunicação, visitas guiadas, criação de um grupo teatral.	Gerenciamento de resíduos sólidos: redução dos resíduos e coleta seletiva, destinando os resíduos “secos” a uma cooperativa de reciclagem/Custos assumidos com recursos próprios.
EE2	Construção de cisterna	Projeto ReciclArte/PEF e recursos próprios, Projeto “Usa e Reduza”/Projeto de empresas e universidade
EE3	Construção de cisterna	Horta suspensa/PEF, Plantação de mudas no jardim/PME, Oficina de fuxico/universidade, Passeio ao Parque Ecológico da cidade/programa, Projeto “Usa e reduza” /Projeto de empresas e universidade
EE4	Divulgação das ações da Com-Vida, buscar parcerias de comunidade e entorno, montagem de composteira, criação de horta experimental, reuso de água pluvial através de cisterna, ações educativas sobre a importância da mata ciliar, aquisição de conjunto de coletores para coleta seletiva e coletor de pilhas e baterias, aquisição de sensor de presença para iluminação.	Construção de minhocário /universidade e recursos próprios Horta/universidade e recursos próprios Projeto Quintal da Escola/universidade Composteiras/universidade e ONG
EE5	Adquirir containers para facilitar a separação e recolha dos resíduos Construir jardim filtrante Construir cisterna para coleta de água de chuvas	Redução da produção de resíduos Coleta e reutilização de garrafas pets para construir espaço de leitura/programa não especificado Projeto “Usa e reduza” /Projeto de empresas e universidade Trabalho de conscientização do uso racional do material escolar/recursos próprios
EE6	Instalação de composteiras, colocação de bancos, aquisição de bomba para reativar cisterna do projeto Casa Sustentável, compra de diversos materiais para jardinagem e produção de mudas	Cerca verde/Prefeitura
EE7	Construção de um cantinho sustentável Instalação de placas fotovoltaicas Instalação de pergolado (com recursos do ProEMI)	Projeto “Natal mais sustentável”/Prefeitura e Fundo Social Amal-vos
EE8	Plantação de mudas de árvores nativas (bioma cerrado) Construção de cisterna	Oficina de construção de esculturas de sucata/programa não especificado Reutilização de resíduos Oficina de pintura com estêncil de muros/universidade Projeto “Usa e reduza” /Projeto de empresas e universidade
EE9	Pergolado com plantação de trepadeiras para área de leitura Paisajismo e jardim de inverno	Conservação de áreas verdes/universidade
EMI	Projeto sobre meio ambiente visando uso racional da água, controle de pombos, instalação de torneiras automáticas, jardinagem na escola, horta escolar, implantação de calçada verde, instalação de coletores.	Horta escolar/PNES e universidade Projeto “Natal mais sustentável”/Prefeitura e Fundo Social Amal-vos Coletor de pilhas e baterias/recursos próprios Projeto Brigada Scooth Brite/empresa
EM2	Construção de cisterna (projeto elaborado com apoio de uma construtora)	Preparação para horta/empresa Curso de primeiros socorros/empresa
EM3	Nenhuma das pessoas contactadas durante a pesquisa informou as ações relacionadas ao PNES	Horta/não especificado

O plano de ação de sustentabilidade elaborado pelas escolas, a partir das orientações do PNEs pode ser entendido como “programa”, no sentido dado por Morin (2011), “sequência de ações pre-determinadas que deve funcionar em circunstâncias que permitem sua efetivação” (p.90). Em contextos estáveis, é possível utilizar um programa de ação. Contudo, quando as circunstâncias se alteram, tornando-se desfavoráveis, o programa se detém ou fracassa (Morin, 2011). Assim, o conceito de “estratégia” de Morin ajuda-nos a compreender como as escolas agem frente a um contexto dinâmico, absorvendo os elementos capazes de contribuir para sua continuidade como organização social e educar para a sustentabilidade. Segundo Morin (2011),

A estratégia permite, a partir de uma decisão inicial, prever certo número de cenários para a ação, cenários que poderão ser modificados segundo as informações que vão chegar no curso da ação e segundo os acasos que vão se suceder e perturba a ação. A estratégia luta contra o acaso e busca a informação (p.79-80).

Nesta pesquisa, foram identificadas quatro estratégias para desenvolver ações de sustentabilidade, que relacionamos a seguir.

- Articular políticas públicas: esta estratégia envolvia uma gestão diferenciada de recursos humanos e financeiros procedentes de outros programas ativos “fora” ou “dentro” da instituição escolar. Assim, era possível contar com recursos humanos provenientes de, por exemplo, programas ativos nas instituições universitárias da cidade, como “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência” (PIBID), o “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica” (PIBIC), o “Programa de Educação Tutorial” (PET), pois os estudantes-bolsistas costumam desenvolver ações nas instituições escolares. Em relação aos recursos financeiros necessários para realizar ações de sustentabilidade era possível recorrer a programas “hospedeiros” que estavam ativos na própria instituição como: Escola Integral, Mais Educação, Escola da Família, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), ProEMI (Programa Ensino Médio Inovador).
- Tecer parcerias: Na instituição escolar convergem uma ampla gama de atores sociais, além dos alunos, professores, funcionários e comunidade educativa em geral, a escola é frequentada por ONGs, diversas associações, representantes de outras instituições educativas como, por exemplo, as universidades. Também, na escola se fazem presentes, em ocasiões, o poder público municipal, estadual e/ou federal. Cientes da potencialidade de estabelecer parcerias, professores(as) e gestores(as), mantêm uma atitude receptiva e propositiva, e efetivam ações de sustentabilidade abrangendo, cada vez, mais atores, instituições, visões e práticas.
- Acolher projetos relacionados à temática: Há empresas que tomam à instituição escolar como público alvo de suas ações de “compensação ambiental”. Assim, é frequente escolas se envolvem em ações e projetos de sustentabilidade que, às vezes, nem se propuseram e, simplesmente, acolhem. Nesse sentido, há diversos graus de envolvimento com uma proposta que, de fato, vem de fora. Na avaliação das entrevistadas, a principal contribuição desses projetos é instalar a temática no cotidiano escolar.
- Captar recursos próprios: Para poder arcar com os custos, mesmo reduzidos, que a realização de uma ação de sustentabilidade requer, algumas escolas pesquisadas se mobilizavam de diversas formas para arrecadar dinheiro. Essas formas de mobilização vão desde a realização de festas na escola, a gestão ou terceirização da cantina, o pedido direto a pais e familiares dos alunos, entre outros. Há também situações em que professores(as) e gestores(as) arcam os custos com dinheiro próprio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas no Brasil adocem de duas limitações que refletem características estruturais que se perpetuam até a atualidade, a saber: a histórica resistência das elites dirigentes à manutenção da educação pública e a descontinuidade, que toma forma numa sequência interminável de reformas (Saviani, 2008). Na conjuntura atual, em que a sustentabilidade deveria ser prioridade dos governos, é fundamental refletir sobre os caminhos construídos e os que virão a ser percorridos.

As estratégias identificadas reafirmam que a busca da sustentabilidade conecta as escolas com uma comunidade mais ampla, que contribui com “respostas criativas para a crise socioambiental e de valores que a humanidade atravessa atualmente” (BRASIL, 2012, p. 13). Esses profissionais da educação assumem que a educação para a sustentabilidade é parte da educação integral dos sujeitos e, portanto, desenvolvê-la é função social da instituição escolar. Porém, devemos ser cientes de que construção da sustentabilidade começa no presente, envolvendo um amplo pacto social, pois é uma causa grande demais para deixar professores(as) e gestores(as) “abraçando-a sozinhos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL (2012) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Vamos cuidar do Brasil com escolas sustentáveis: educando-nos para pensar e agir em tempos de mudanças socioambientais globais. Ministério de Educação, SECADI, Ministério do Meio Ambiente. Brasília: A Secretaria.
- (2013a). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, de Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ MEC, SEB, DICEI. Brasília: MEC, SEB, DICEI.
- (2013b). Ministério de Educação e Cultura. Manual Escolas Sustentáveis. Resolução CD/FNDE n. 18. Orientações.
- COPELLO, M. I (2006). Fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisas sobre a ambientalização da escola. *Pesquisa em educação ambiental*, 1(1), 93-110.
- HANNINGAN, J. (1995). *Sociologia Ambiental. A formação de uma perspectiva social*. Lisboa: Instituto Piaget.
- MAZZITELLI, F. y SCERB, F. (2016). Corte orçamentário maior em 2016 “é realidade” diz Ministro de Educação. Folha de São Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/09/1677271-corte-maior-no-orcamento-e-realidade-para-2016-diz-ministro-da-educacao.shtml>>. Acesso em: 10 de mar. 2016.
- MEC/COEA (2002). Educação Ambiental Legal. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>. Acesso em 04 abr. 2016.
- MORIN, E. (2011). *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina.
- SAVIANI, D. (2008). Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas. *Revista de Educação PUC-Campinas*, 24, 7-16.